

Almeida, Maria Antónia Pires (2021), “Despovoamento e novas paisagens rurais: que sustentabilidade para o território português?”, Orlando Simões (coord.), *Paisagens culturais. Heranças e desafios no território. Atas do VIII Congresso de Estudos Rurais & VIII Encontro Rural RePort*, Lisboa, SPER – Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, pp. 340-357.

## **Despovoamento e novas paisagens rurais: que sustentabilidade para o território português?**

**Maria Antónia Pires de Almeida**

**Investigadora do CIES, ISCTE-IUL**

### **Resumo:**

Fruto de um movimento demográfico em direção às cidades do litoral e ao estrangeiro iniciado com maior intensidade nos anos sessenta do século XX, o despovoamento rural tomou conta da paisagem do interior de Portugal, dando origem a fenómenos com consequências gravíssimas para a população que ainda resiste a viver longe dos grandes centros. O contexto da globalização e da Revolução Verde introduziu um novo tipo de agricultura em Portugal baseada na concentração fundiária em muito maior escala que o tradicional latifúndio, onde se aplica a monocultura intensiva ou superintensiva, especialmente de olival e frutos vermelhos, com utilização excessiva de mecanização e químicas, baseada em mão de obra precária, sazonal e, na maior parte dos casos, estrangeira com situação irregular no país, e que esgota a água de barragens que durante décadas alimentaram regadios perfeitamente sustentáveis. Em simultâneo, a deficiente gestão da floresta e o flagelo dos incêndios colocam em perigo a sobrevivência das populações que ainda resistem a viver nos meios rurais. Temos assim uma contradição entre o que é anunciado e vendido pelo poder local e pelas agências de turismo como um país de paisagens, ambiente, património e gastronomia de grande qualidade e atração, e uma realidade de estufas, plásticos, matas queimadas, ervas por cortar à beira das estradas e, no Alentejo, um montado tradicional substituído por quilómetros sem fim de olival em forma de arbusto.

Atualmente, com anos de seca repetidos, a gestão da água tornou-se um dos principais problemas do planeta, e as questões ambientais e da qualidade de vida das populações deveriam estar na linha da frente das preocupações políticas. Temos assim um dilema de sustentabilidade social e ambiental que urge debater e trazer à atenção do público até agora pouco interessado nestas questões.

Analisa-se neste projeto os programas políticos do poder local e central para o meio rural e comparam-se com uma realidade bastante divergente do previsto.

## **Introdução**

A paisagem portuguesa tem sido construída pelo homem ao longo dos séculos. Desde as antas, menires e cromeleques que ainda se encontram espalhados pelos campos, passando pelas pontes romanas e os socalcos e muros da Serra da Estrela e do Vale do Douro, várias camadas de presença humana têm sido sobrepostas. E tal como a “english landscape” descrita por Hoskins é o produto dos últimos mil e quinhentos anos de povoamento (Hoskins, 1985, 1ª ed. de 1955), já devem ser raras por toda a Europa, senão inexistentes, as paisagens naturais, intocadas pela mão humana, em toda a sua pureza e frescura originais. Especialmente em Portugal, onde as políticas públicas protecionistas do final do século XIX e do Estado Novo acabaram de vez com o que fora descrito para o século XV como um “vasto matagal entressachado, afora algumas cidades e vilas, de pequenas povoações circundadas de breves arroteias” (Lobo, 1984). O Alentejo em particular era uma “coutada para porcos montezes” (Marques, 1968), ou um reino dos pastores e dos porqueiros, que viviam das bolotas e da lenha, com alguns carvoeiros, em estado de verdadeira barbárie (Poinsard, 1901).

As questões da paisagem portuguesa estão ligadas às questões mais vastas do abastecimento alimentar do país, cronicamente deficiente, e da falta de mão de obra agrícola, especialmente no Alentejo, assim como à necessidade de povoar o território para defesa militar e para assegurar a independência nacional, as quais preocuparam os mais importantes teóricos e políticos ao longo dos séculos e deram origem a políticas públicas e processos legislativos destinados a fixar as populações no meio rural e a aumentar a produção. Ao longo do século XX destacaram-se dois momentos de políticas públicas destinadas ao aumento da produção agrícola e à manutenção das populações nos meios rurais: as Campanhas do Trigo no início dos anos trinta (Cabral et

al, 1976, 1978) e a Reforma Agrária de 1975 (Almeida, 2006, Almeida, 2007, Almeida, 2013), ambos herdeiros das teorias fisiocráticas e mercantilistas do século XVIII.

Contudo, o despovoamento rural tomou conta da paisagem do interior de Portugal, fruto de um movimento demográfico em direção às cidades do litoral e ao estrangeiro iniciado com maior intensidade nos anos sessenta do século XX, que deu origem a fenómenos com consequências graves para a população que ainda resiste a viver longe dos grandes centros.

Esgotados os argumentos da defesa militar do país e da autossuficiência, especialmente com a adesão ao Mercado Único em 1986, o novo contexto da globalização e da Revolução Verde introduziu um novo tipo de agricultura em Portugal baseada na concentração fundiária em muito maior escala que o tradicional latifúndio, onde se aplica a monocultura intensiva ou superintensiva, especialmente de olival e frutos vermelhos, com utilização excessiva de mecanização e químicas, baseada em mão de obra precária, sazonal e, na maior parte dos casos, estrangeira com situação irregular no país, e que esgota a água de barragens que durante décadas alimentaram regadios perfeitamente sustentáveis.

Em simultâneo, a deficiente gestão da floresta e o flagelo dos incêndios colocam em perigo a sobrevivência das populações que ainda resistem a viver nos meios rurais. Temos assim uma contradição entre o que é anunciado e vendido pelo poder local e pelos agentes turísticos como um país de paisagens, ambiente, património e gastronomia de grande qualidade e atração, onde os “novos rurais” querem viver<sup>1</sup>, e uma realidade de estufas, plásticos, matas queimadas, ervas por cortar à beira das estradas e, no Alentejo, um montado tradicional substituído por quilómetros sem fim de olival em forma de arbusto, regados com químicos que poluem o ambiente e contaminam o ar e a água.

---

<sup>1</sup> Miguel Carvalho, Lucília Monteiro, “Baião: Paraíso perdido a 45 minutos do Porto”, *Visão*, 15/09/2018, <http://visao.sapo.pt/actualidade/sociedade/2018-09-15-Baiao-Paraíso-perdido-a-45-minutos-do-Porto>.

Atualmente, com anos de seca repetidos, a gestão da água tornou-se um dos principais problemas do planeta, e as questões ambientais e da qualidade de vida das populações deveriam estar na linha da frente das preocupações políticas. Infelizmente tal não se verifica, pois a baixa densidade populacional torna estas regiões pouco relevantes devido à sua insignificância em termos eleitorais. Temos assim um dilema de sustentabilidade social e ambiental que urge debater e trazer à atenção de um público até agora pouco interessado nestas questões.

Identificam-se quatro fatores de risco para a sustentabilidade do meio rural português, para a paisagem e para a qualidade de vida das populações, e que podem levar à desertificação do território, três dos quais associados à monocultura intensiva: as florestas de eucalipto e pinheiro, o novo olival superintensivo, as estufas de frutos vermelhos e a mineração, especialmente as propostas de exploração do lítio.

### **1. O despovoamento rural e o aumento das desigualdades territoriais**

O panorama demográfico do território português caracteriza-se por diferenças acentuadas entre os espaços urbanos do litoral e os rurais do interior. Analisando os censos de 1960 até 2011, Portugal aumentou a sua população em 18,82%. Lisboa perdeu 31,7% da sua população e o Porto 21,7%, enquanto os seus concelhos limítrofes, as suas atuais áreas metropolitanas, cresceram consideravelmente, assim como outras cidades industriais como Braga e a Marinha Grande. Nestes cinquenta anos 106 concelhos (34,4%) cresceram, todos junto ao litoral do país, entre os quais 30 aumentaram a sua população em mais de 80%. Por outro lado, 202 concelhos perderam população, 53 dos quais perderam mais de 50%. Quatro destes 53 maiores perdedores situam-se nas ilhas dos Açores e dois na Madeira. Todos se encontram nas regiões do

interior de Portugal, longe do litoral e já tinham uma baixa densidade demográfica em 1960.

#### **Quadro 1: População média dos 53 concelhos com menor população**

1960	2011
15.308	6.400

Nestes anos o país envelheceu significativamente: Os maiores de 65 anos tiveram um aumento de 183,7%; os menores de 14 diminuíram 39,3%; e a faixa etária entre os 15 e os 64 anos aumentou 24,9%. Em todos os concelhos do país os idosos aumentaram, particularmente nos concelhos urbanos para onde a imigração foi mais forte nos anos sessenta: aparentemente estas pessoas tiveram acesso a melhores condições, o que aumentou a sua esperança de vida. Contudo, o que se verificou foi que se a percentagem de idosos sobre o total da população cresceu de 7,97% para 19,03% nestas décadas, a percentagem de menores de 14 anos diminuiu de 29,16% para 14,89%. Nesta população que tinha mais jovens que idosos em 1960 e que inverteu a tendência, ficando maior a percentagem de idosos que de jovens em 2011, nos concelhos do litoral a média dos idosos aumentou de 7,97% para 18,45% e nos do interior de 9,03% para 27,87%, enquanto os jovens do litoral diminuíram de 29,24% para 15,29% e os do interior de 29,21% para 12,1%.

#### **Quadro 2: Percentagens de jovens e de idosos sobre a população total, diferença entre 1960 e 2011**

2011-1960	Portugal	Interior (média)	Litoral (média)

% 0-14	-14,27	-17,11	-13,95
% 65+	11,06	18,84	10,48

Nestas cinco décadas os menores de 14 anos diminuíram em concelhos como a Pampilhosa da Serra, onde a população com menos de 14 anos diminuiu 3.779 indivíduos (de 4100 para 321), uma percentagem negativa de 92,17 pontos. Acima dos 90% negativos estão também Mértola, Vimioso, Sabugal, Penamacor, Montalegre, Oleiros, Vinhais, portanto concelhos do interior, marcados pela ruralidade e longe do litoral.

No sentido inverso, 25 concelhos apresentaram percentagens positivas de variação da população com menos de 14 anos: a percentagem de jovens aumentou mais nos concelhos do Seixal, Sintra, Vila Franca de Xira, Cascais, Entroncamento, Albufeira, Sesimbra, Palmela e Benavente, portanto na área metropolitana de Lisboa e no Algarve, todos estes com aumentos entre os 76% (Benavente) e os 424% (Seixal). Todos os restantes 283 concelhos tiveram variação negativa nesta faixa etária. Como exemplos significativos da falta de população jovem e da situação preocupante que tende a gravar-se, podemos mostrar que no concelho de Avis (distrito de Portalegre) em 2011 nasceram apenas 20 crianças e houve 80 óbitos; em 2018 houve 21 nascimentos e 70 óbitos<sup>2</sup>. No Alentejo, por cada 100 jovens há uma média de 186,5 idosos. Em Avis esta média é de 300 e em Nisa é de 379.

E a tendência para o despovoamento não se limitou à emigração dos anos sessenta. Entre 2001 e 2011, 67 municípios das mesmas regiões do interior perderam mais de 10% da sua população, e 29 municípios do litoral, particularmente no Algarve, aumentaram mais de 10% os seus habitantes. A atualização dos dados revelada pela

---

<sup>2</sup> Sobre os nascimentos e óbitos por concelho, ver Pordata: <https://www.pordata.pt/Municipios>.

Pordata em junho de 2019 para o período de 2007 a 2018 mostra a intensificação das características descritas, como uma população a diminuir, “sobretudo entre os mais jovens, mas também entre a população em idade ativa”, cada vez mais envelhecida, que casa menos e tem menos filhos<sup>3</sup>.

Estes valores preocupantes tornam irreversível a tendência demográfica para o despovoamento, que realça as fragilidades destes territórios, onde as populações estão desprotegidas, isoladas e com acesso muito restrito a serviços de saúde, educação, comunicações e segurança. Por exemplo, a cobertura de redes de telemóvel e de internet é geralmente muito fraca, assim como os sistemas de prevenção de incêndios, como se verificou em 2017. O isolamento foi agravado com o encerramento de serviços públicos como escolas, postos de correio e tribunais e a diminuição do número de freguesias. Como consequência do despovoamento verifica-se também o aumento da fragilidade das estruturas sociais das povoações rurais. A perda do seu papel produtivo e da sua população ativa diminuiu o seu significado social, económico e político, que se traduz em poucos votos e um peso insignificante nos programas eleitorais de partidos com base maioritariamente urbana. Além de que o meio rural ainda apresenta uma imagem negativa, por ser um local do qual se saiu para uma vida melhor e ao qual não se pretende voltar, por ter recordações tristes, de fome, miséria, trabalho duro e dificuldades (Almeida, 2010).

A tomada de consciência destas realidades por parte do Governo de Passos Coelho em 2015 levou classificação de 164 municípios como territórios com necessidades especiais devido à sua baixa densidade populacional, o que lhes permitiria acessos privilegiados a fundos estruturais da União Europeia até 2020. No ano seguinte,

---

<sup>3</sup> Ana Mafalda Inácio, “Somos menos e estamos mais velhos, casamos pouco e continuamos pobres”, *Diário de Notícias*, 11/07/2019, <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/interior/somos-menos-e-estamos-mais-velhos-casamos-pouco-e-continuamos-pobres--11099909.html>.

em 20 de outubro de 2016, o Governo de António Costa aprovou em Conselho de Ministros um Programa Nacional para a Coesão Territorial, no qual foram definidos 165 municípios do “interior” e foram apresentadas 164 medidas com os objetivos de tornar o território do interior mais coeso, competitivo, sustentável, conectado e colaborativo (Almeida, 2018).

Os municípios definidos pelo programa do Governo ocupam 81,4% do território português. Neles vivia 35,2% da população portuguesa em 1960. Em 2011 viviam já só 19,7%. No período estudado, os 165 concelhos classificados em 2016 como território de interior (53,6% dos municípios portugueses) perderam mais de um milhão de habitantes para o estrangeiro e para os concelhos urbanos e litorais, o que corresponde a uma perda de 33,44% ou um terço da sua população. Ao mesmo tempo, os concelhos urbanos ou do litoral aumentaram a sua população em 47,19%. Com estes valores é fácil verificar o agravamento da secular concentração populacional no litoral e grandes cidades e o despovoamento do interior.

Segundo Teresa Sá Marques, os riscos demográficos associados à quebra das taxas de fecundidade e ao envelhecimento da população estão mais vincados nos territórios fronteiriços de Portugal e de Espanha: “mais do que inverter o processo demográfico – uma ‘utopia’ – é preciso adaptar a economia local e nacional a um país com menos gente” no sentido de “encontrar formas de garantir qualidade de vida a quem fica”. Acrescenta que “é preciso trabalhar as condições de atratividade destes espaços, garantindo serviços públicos e privados essenciais, mobilidade e conectividade digital”<sup>4</sup>. Enfim, o que a Ministra da Coesão Social do XXII Governo Constitucional, Ana Abrunhosa, defendeu ser necessário “assumir que há partes do nosso território onde

---

<sup>4</sup> Abel Coentrão, “Interior do interior, a fronteira concentra riscos demográficos”, *Público*, 11/06/2018, <https://www.publico.pt/2018/06/11/local/noticia/interior-do-interior-a-fronteira-concentra-riscos-demograficos-1833785>.



não vai ser possível recuperar população e actividade económica” e onde coesão territorial significará “gerir o declínio”: “a diminuição das assimetrias regionais envolve investimento selectivo, qualificador e capaz de valorizar os recursos endógenos dos territórios”, especialmente tendo em conta “as especificidades dos territórios, sobretudo dos mais frágeis”<sup>5</sup>.

Essa tem sido a principal preocupação do poder local, manifestada nos programas eleitorais e mensagens políticas dos presidentes de câmara desses concelhos, que tudo têm feito para valorizar os seus territórios, o património, o ambiente, a gastronomia, com estratégias de atração de pessoas e empresas para fixação de famílias e para a criação de emprego. Em resumo, as entidades locais tentam vender a paisagem e o património, que adquiriu novas definições e tipologias, desde material a imaterial, passando pelas pessoas, pela gastronomia e até pelo ar, pelas ondas e pelas marcas e certificações de produtos locais (Almeida, 2017a), mas quem lá vai vê-se confrontado com uma realidade bastante diferente.

## **2. As novas paisagens rurais em Portugal e os riscos para a sustentabilidade**

Com a entrada de Portugal na CEE (atual União Europeia), a agricultura portuguesa foi inserida na Política Agrícola Comum, o que afastou ainda mais mão de obra da agricultura. A introdução de subsídios para a especialização da agricultura e para o *set aside* veio alterar definitivamente o paradigma rural português. Mais recentemente assistiu-se a uma maior concentração das explorações e ao aumento da monocultura intensiva, atribuíram-se fundos para turismo rural e cresceu o abandono das pequenas propriedades. Todo este fenómeno se insere num padrão de

---

<sup>5</sup> “Nova ministra: há partes de Portugal onde não se vai ‘recuperar população’ e economia”, *Público*, 16/10/2019, <https://www.publico.pt/2019/10/16/politica/noticia/nova-ministra-haver-partes-territorio-onde-nao-vai-recuperar-populacao-actividade-economica-1890270>.

industrialização da agricultura como parte do sistema global ligado à Revolução Verde que incentivou a concentração da propriedade, com grandes investimentos e dependente do trabalho sazonal. Desde a crise de 2007-2008, verificou-se a nível mundial uma corrente de apropriação de terras (*land grabbing*) por companhias internacionais que dominam o setor agroalimentar e com grande incidência sobre os recursos hídricos (*water grabbing*), tal como os grandes grupos económicos que controlam os agroquímicos, bebidas, tabaco e o setor da distribuição (por exemplo a *Amazon*, que faz “predatory pricing” e impede a competição de mercado, Khan, 2016) e outras grandes corporações que controlam os mercados das finanças, petróleo, indústria farmacêutica e tecnologias. Com a diminuição da concorrência os consumidores têm menor escolha e os agricultores também. E o domínio corporativo dos sistemas agrícolas tem implicações para a justiça e para a sustentabilidade, pois estas grandes corporações dominam não só a produção, como o comércio internacional dos alimentos e dos produtos agrícolas e têm um papel dominante no processamento, distribuição e retalho dos mesmos. São também influentes a nível dos governos e da própria democracia (Clapp, Fuchs, 2009).

Em Portugal a contração do setor da distribuição arruinou o comércio local e a vida dos bairros. Assim como a concentração fundiária está a reproduzir o modelo já há muito aplicado no Brasil e no Paraguai para a produção de soja (Pereira, 2016) ou Moçambique (Gomes, 2017), onde a maior parte das terras passou a estar sob a propriedade ou arrendamento de corporações estrangeiras. Se, por um lado, empresas e governos nacionais têm defendido o aumento do investimento privado como panaceia para aumentar o emprego, desenvolver a economia dos seus países e melhorar a segurança alimentar, na realidade há enormes impactos negativos sobre os modos de vida das comunidades locais, bem como sobre a soberania e segurança alimentares.

A consequência direta foi o despovoamento praticamente definitivo dos campos e o que atualmente se chama a desagrarização do rural, onde as populações já não são agrárias, nem têm na agricultura a sua atividade principal. Com uma população envelhecida, as atividades no mundo rural português concentram-se na prestação de serviços e em muitos concelhos rurais a câmara é o maior empregador. A paisagem agrária foi transformada em espaços de lazer, de caça, de turismo e de conservação da natureza, além de lhe ser atribuído um papel pedagógico para o público juvenil (Eusébio *et al*, 2017), onde as pessoas se deslocam para consumir o ar despoluído, as tradições e o património. Em resumo, a função utilitária do meio rural como fornecedor de matérias-primas e alimentos foi substituída por local de diversão para as populações urbanas experimentarem estilos de vida alternativos.

Num mundo rural português “depois da agricultura”, encontram-se três tipos de agricultura, as duas primeiras maioritariamente geridas já não por agricultores, mas por empresários agrícolas com equipas de eficientes técnicos agrários, que por vezes nem residem no mesmo concelho da exploração. Na primeira vertente encontra-se uma agricultura altamente competitiva, especializada em frutos, vinho e azeite, que tem um papel fundamental nas exportações, mas produz escasso impacto nas comunidades locais, pois emprega muito pouca mão de obra permanente e usa maioritariamente trabalho sazonal; na segunda uma agricultura baseada na criação de gado, milho e trigo, altamente mecanizada e utilizando baixo uso de mão de obra, totalmente dependente dos subsídios europeus. A terceira categoria é uma agricultura social, com hortas urbanas e pequenas propriedades, que funcionam como complemento a baixas reformas e situações de desemprego (Baptista, 2006). Esta sim tem algum impacto na vida comunitária e nas relações sociais, mas não tem capacidade para sustentar uma família.

Com uma mão de obra inexistente ou com pouca apetência para trabalhos sazonais, especialmente numa região envelhecida, a solução encontradas pelos empresários da monocultura intensiva praticada atualmente no Alentejo nas zonas de regadio é a contratação de trabalhadores imigrantes, copiando o modelo da Califórnia, também aplicado noutros países do Mediterrâneo (Corrado, Castro, Perrotta, 2016), especialmente no sul de Espanha, com trabalhadores africanos (Gertel, Sippel, 2014, Hoggart, Mendoza, 1999). Para alguns autores, este modelo está a dar os melhores resultados económicos e as empresas podem ser consideradas de sucesso (Borrvalho, Pires, Basílio, 2016), mas a nível de condições de trabalho e de progresso social não é essa a realidade atual.

No sul de Portugal os trabalhadores sazonais são maioritariamente ilegais e a viverem em condições de grande vulnerabilidade, especialmente pela dependência que têm em relação às empresas de trabalho temporário que os trazem dos seus países para Portugal. Esta situação não dignifica um país com uma legislação laboral que foi o resultado de quatro décadas de regime democrático e do trabalho legislativo de sucessivos governos que contribuíram para os direitos dos trabalhadores.

As reações locais têm variado. Algumas câmaras estão a tentar resolver os problemas levantados pela nova situação dos imigrantes. Estas pessoas originárias do Nepal, Tailândia, Paquistão e Europa de Leste encontram-se em grandes números no concelho de Odemira, na região do Alqueva e começam também a aparecer nos novos olivais intensivos junto das Barragens do Maranhão e Montargil. Este é um problema estrutural do modelo de agricultura que está a ser aplicado e que implica sazonalidade.

Odemira é um dos municípios mais afetados por esta situação que alterou “toda a geografia humana e social do concelho” e provocou um “choque cultural”: 19% da população do concelho são imigrantes legalizados, de 68 nacionalidades diferentes, mas

em épocas de colheitas aumenta exponencialmente<sup>6</sup>. Não há dúvida que a imigração sazonal supera as estatísticas oficiais. O início do processo deu-se cerca do ano 2000, com a chegada ao Alentejo de imigrantes do Brasil, Roménia, Bulgária e PALOP. Começaram a trabalhar na construção civil, limpezas e serviços domésticos, depois foram para a agricultura. Recentemente chegaram os asiáticos para a agricultura intensiva: Índia, Nepal, Bangladesh e Tailândia. Odemira concentra 58% da população estrangeira do distrito de Beja, com os números oficiais em 5.000, mas estima-se que sejam mais próximos de 25.000, com elevado índice de masculinidade.

Há problemas de integração, especialmente no que diz respeito à habitação, acesso a serviços de saúde e de educação, à segurança das populações e à mobilidade destes trabalhadores, que dificilmente chegam a ser integrados na sociedade local por terem tempos de permanência muito curtos. Algumas associações locais e redes de entidades públicas e privadas criaram postos de apoio aos imigrantes, de iniciativa das câmaras e do Ministério da Administração Interna. Foi o caso da Câmara Municipal de Odemira, que criou uma Comissão Local para a Interculturalidade e um Plano Municipal para delinear estratégias, além de ter aderido à rede de Municípios Amigos da Diversidade e do Imigrante. Organizações com o a Rota do Guadiana em Serpa<sup>7</sup> e a Solim, com sede em Lisboa e delegação em Beja<sup>8</sup>, colocam em prática estratégias para ajudar a resolver os principais problemas e desafios, que incluem a barreira linguística, dificuldades de comunicação, dificuldades em apurar números exatos (divergências entre os números de inscritos na segurança social, no centro de saúde e no SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), desconfiança dos empresários agrícolas, desconfiança dos próprios

---

<sup>6</sup> Maria Augusta Casaca, “Neste Alentejo há caril e turbantes”, *TSF*, 10/07/2019, <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/interior/neste-alentejo-ha-caril-e-turbantes-11096331.html?fbclid=IwAR2H8rvnbBb-yYO4lszMir30UK6rjUHhMJTZyVxDFTQtrE0T4RKed3Ho1Xg>.

<sup>7</sup> <http://www.rotaguadiana.org/>.

<sup>8</sup> <http://www.solimigrante.org/>.

imigrantes e dos seus intermediários e empresas de contratos temporários que os trazem dos seus países e os colocam nas herdades.

Entre 2012 e 2017 a superfície de cultivo dos frutos vermelhos aumentou exponencialmente. As estufas onde são cultivados estes frutos já ocupam mais de 1.200ha cobertos de plástico e “ocupam entre 6.000 a 8.000 trabalhadores agrícolas no concelho de Odemira, na sua esmagadora maioria imigrantes<sup>9</sup>. “O crescente aumento do número de explorações agrícolas que se instalam no Perímetro de Rega do Mira (PRM), em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, tudo cobrindo com estufas está a fazer recrudescer os protestos de quem vive rodeado de um mar de plástico que lhes esconde o horizonte e respira químicos variados. Mas o próprio Estado admite que não há lei que os proteja”<sup>10</sup>.

A paisagem alentejana não foi alterada apenas com as estufas de plástico, mas também com o olival intensivo. Esta tendência começou com o plano de rega do Alqueva: a partir de 2010, quando a água chegou a 91% da capacidade total da albufeira, o “maior lago artificial da Europa” começou a regar 120.000ha de terra agrícola. Foi prevista a criação de 20.000 empregos, diretos e indiretos, na agricultura e no turismo. “As primeiras grandes áreas de olival moderno instalados em Alqueva são responsabilidade de investidores espanhóis. Com o tempo os portugueses foram adquirindo conhecimento da nova forma de condução do olival e também investiram em novos olivais, sendo responsáveis por mais de metade do investimento nesta cultura.” Em 2016 o olival intensivo no Alqueva já ocupava 41.000ha e as exportações de azeite

---

<sup>9</sup> Carlos Dias, “Odemira já mal respira sob o plástico das estufas”, *Público*, 17/03/2019, <https://www.publico.pt/2019/03/17/local/noticia/culturas-intensivas-vieram-agravar-realidade-ambiental-social-concelho-odemira-1864562>.

<sup>10</sup> Carlos Dias, “Plásticos das estufas e químicos cobrem o Sudoeste e não há nada que o impeça”, *Público*, 18/05/2018, <https://www.publico.pt/2018/05/18/local/noticia/anarquia-conveniente-na-instalacao-de-tuneis-de-plastico-no-perimetro-de-rega-do-mira-1830392>.

já ultrapassavam as importações num rácio de 112.124 mil toneladas para 88.698 mil toneladas (26%), tendo como principais destinos o Brasil, Itália e Espanha (Edia, 2017).

Sem dúvida que é atraente o facto de o olival superintensivo ter aumentado as exportações. Para os antigos proprietários tornou-se mais rentável vender ou arrendar as suas terras a empresas espanholas ou portuguesas que realizam investimentos grandiosos neste tipo de cultura e necessitam rentabilizar a maquinaria e a mão-de-obra. Ao fim de mais de dois séculos nas mesmas famílias, e resistindo a mudanças de regime e até à reforma agrária (Almeida, 2013), nos últimos anos as terras mudaram de mãos e os descendentes das casas agrícolas mais importantes do Alentejo desistiram quase completamente da atividade. As árvores antigas que povoavam a paisagem tradicional estão a ser vendidas e exportadas para decoração de jardins no estrangeiro. Para além de alterarem a paisagem, estes novos olivais são regados 24h por dia, todos os dias, mesmo em períodos de seca extrema. Como consequência, a Albufeira do Maranhão, que, como foi referido, irrigou culturas durante sessenta anos, desde que rega os olivais intensivos que atinge níveis mínimos. Com períodos de seca prolongada como já se verificam, haverá seguramente uma redução das disponibilidades hídricas, dos caudais e menor recarga dos aquíferos subterrâneos. O que torna cada vez mais perigosa a utilização excessiva das águas das barragens para culturas que esgotam os perímetros de rega, especialmente porque todo este processo está a ser realizado sem o devido acompanhamento no terreno, nem fiscalização, pois as barragens são privadas e geridas por associações de regantes, as quais, pelos vistos, não têm cumprido corretamente o seu papel.

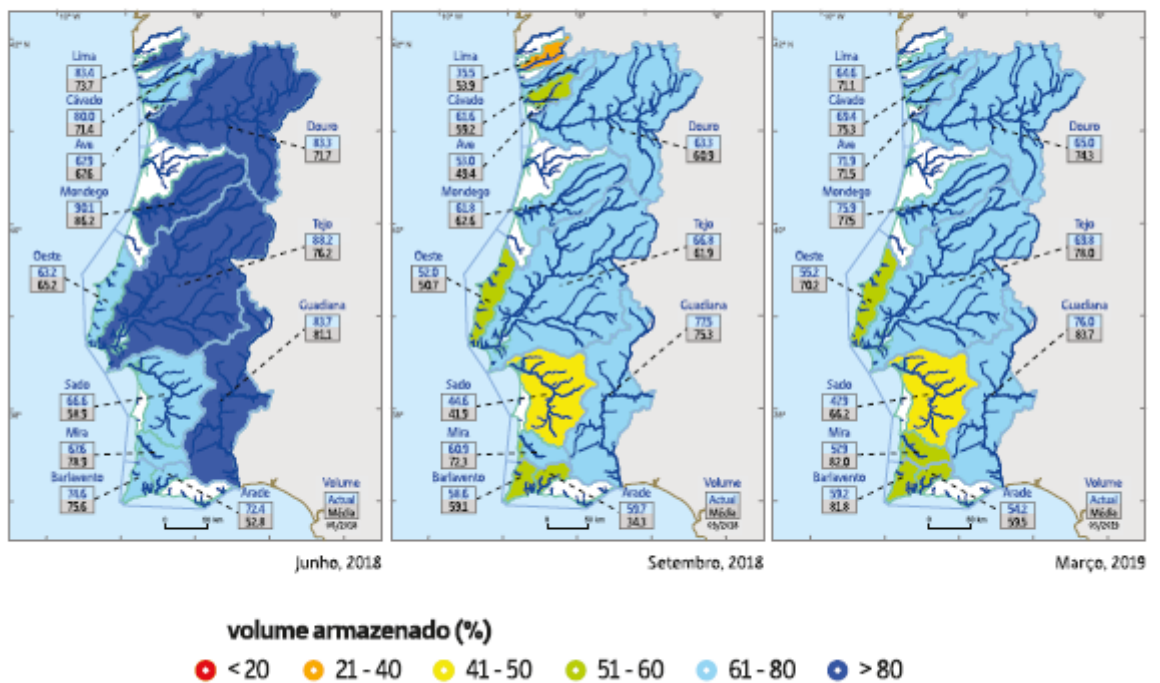
Apesar de o *Relatório do Estado do Ambiente 2019* da Agência Portuguesa do Ambiente estabelecer como objetivos e metas um “crescimento económico menos intensivo em consumo de recursos naturais; garantir que o consumo dos recursos não

ultrapasse a capacidade de regeneração do ambiente; melhorar a ecoeficiência da utilização dos recursos e fomentar a definição de políticas de produção e consumo mais sustentáveis”, o que se está a verificar é a diminuição da água armazenada nas albufeiras e nos aquíferos subterrâneos (Guerra, Ribeiro, Rodrigues, 2019).

O armazenamento subterrâneo está diretamente ligado à precipitação, mas também podem ocorrer outras trocas e extrações por furos que consomem essa água.

**Figura 1: Relatório da Agência Portuguesa do Ambiente, 2019**

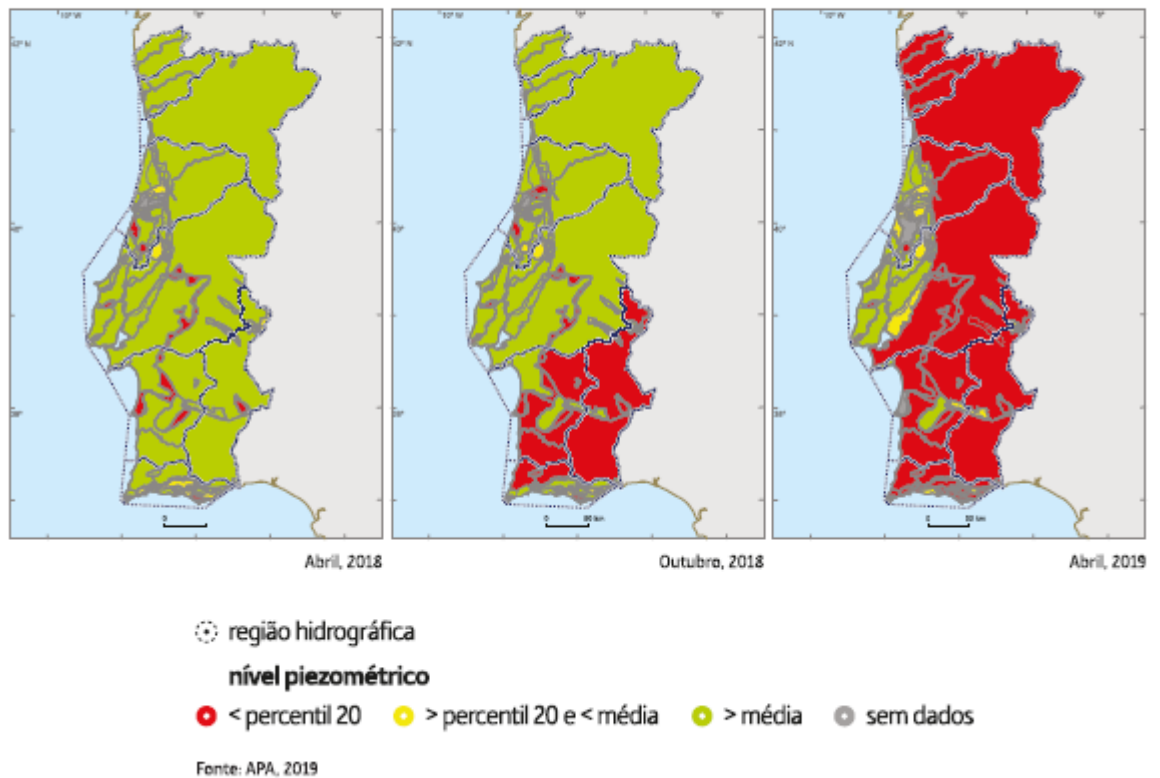
**Figura 22.1**  
**Armazenamento das albufeiras nos meses de junho e setembro de 2018 e março de 2019**



Fonte: APA, 2019



**Figura 22.2**  
**Armazenamento subterrâneo nos meses de abril e outubro de 2018 e de abril de 2019**



Fonte: Guerra, Miguel Déjean, Rita Ribeiro, Sofia Rodrigues (2019), *Relatório do Estado do Ambiente 2019*, Amadora, Agência Portuguesa do Ambiente, p. 55. <https://rea.apambiente.pt/content/disponibilidades-de-%C3%A1guas-superficiais-e-subterr%C3%A2neas?language=pt-pt>.

Além de esgotarem a água, estes olivais estão junto às povoações, poluindo o ambiente com químicos, tanto pelo ar como contaminando as terras. Usam mão de obra estrangeira, precária e ilegal<sup>11</sup>, em nada contribuindo para a economia local, nem com impostos, nem mesmo com a compra de combustíveis, que vêm diretamente de

<sup>11</sup> Nuno Guedes, “‘A Fábrica da Azeitona’. Reportagem TSF num Alentejo a mudar rapidamente”, *TSF*, 08/02/2018, <https://www.tsf.pt/sociedade/interior/a-fabrica-da-azeitona-reportagem-tsf-num-alentejo-a-mudar-rapidamente-9105507.html>.

Espanha. Para culminar, têm feito arranques ilegais de azinheiras<sup>12</sup>. Para não falar das aves<sup>13</sup>, que atraíram a atenção do público, mais do que todos os problemas anteriormente mencionados. Em junho de 2019 o Governo anunciou o fim dos apoios à instalação de novos olivais junto ao Alqueva “para defesa da biodiversidade” e para “estabelecer limites à mancha contínua”<sup>14</sup>. Os problemas dos fertilizantes químicos e dos respetivos prejuízos para os solos estão estudados há décadas, com especialistas a recomendarem a sua substituição por fertilizantes orgânicos (Lipman, 1929, Heckman, 2006).

Em 06/05/2019 o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República um projeto de lei para o condicionamento da instalação de olival e amendoal intensivos e superintensivos através de uma carta nacional de ordenamento agrícola, para o estabelecimento de uma distância mínima nunca inferior a 500 metros em relação a habitações e aglomerados populacionais e para a proibição da colheita noturna. Aguarda-se discussão e votação. Neste projeto de lei são elencados os riscos deste tipo de culturas: “Com efeito, os sistemas intensivos e superintensivos apresentam grande produtividade, mas degradam rapidamente os recursos naturais, com destruição de biodiversidade, muitas vezes acompanhada de elevados níveis de erosão e contaminação do solo e recursos hídricos. O risco de dano ambiental é muito elevado em consequência do elevado consumo de fatores de produção, nomeadamente adubos e pesticidas, da

---

<sup>12</sup> Carlos Dias, “Mais de um milhar de azinheiras arrancadas para dar lugar a olival intensivo”, *Público*, 30/10/2018, <https://www.publico.pt/2018/10/30/sociedade/noticia/milhar-azinheiras-dao-lugar-plantacao-olival-intensivo-norte-alentejano-1849392?fbclid=IwAR0LvrKj7lP6G2o9TSMqCa5Tw4vLMREaYlbb1TC-mgWqUDDsoCDBcDoSg>.

<sup>13</sup> Carlos Dias, “No Alentejo também houve aves mortas durante a apanha noturna de azeitona”, *Público*, 18/02/2019, [https://www.publico.pt/2019/02/18/sociedade/noticia/alentejo-tambem-aves-mortas-durante-colheita-nocturna-azeitona-1862324?fbclid=IwAR2qXmG6LFCknk\\_RWWWhKjUB63sJfdHPIDr9ACdl1I9-3oylNftFFAf4HaKU#gs.p8A6ZqWA](https://www.publico.pt/2019/02/18/sociedade/noticia/alentejo-tambem-aves-mortas-durante-colheita-nocturna-azeitona-1862324?fbclid=IwAR2qXmG6LFCknk_RWWWhKjUB63sJfdHPIDr9ACdl1I9-3oylNftFFAf4HaKU#gs.p8A6ZqWA).

<sup>14</sup> “Governo acaba com apoios à instalação de novos olivais junto ao Alqueva”, TSF, 12/06/2019, [https://www.tsf.pt/portugal/politica/interior/governo-anuncia-fim-de-novos-apoios-para-extensao-do-olival-no-perimetro-do-alqueva--11004097.html?fbclid=IwAR1F7QaO7got\\_ntskHEX3nTmQzL31klqPC3RYwxNcnVL84bD6fb0dxjBu](https://www.tsf.pt/portugal/politica/interior/governo-anuncia-fim-de-novos-apoios-para-extensao-do-olival-no-perimetro-do-alqueva--11004097.html?fbclid=IwAR1F7QaO7got_ntskHEX3nTmQzL31klqPC3RYwxNcnVL84bD6fb0dxjBu).

grande exposição dos elementos naturais mais suscetíveis, mas também da extensão territorial que estes sistemas podem atingir. (...) Tal conduziu a uma perda de biodiversidade que afeta todo o ecossistema, favorecendo os processos de degradação. (...) À agricultura de regadio encontram-se associados importantes processos de degradação como a salinização, sobre exploração dos aquíferos, contaminação do solo por pesticidas e fertilizantes, erosão do solo e alterações da paisagem”<sup>15</sup>.

Este é o atual panorama de grande parte do Alentejo, onde os incêndios são mais raros pelo tipo de culturas e floresta de montado. Os investimentos nesta região são muito mais avultados, tanto na propriedade como nas culturas descritas, o que incentiva os empresários agrícolas a muito maior cuidado com a limpeza das terras. Além de que os sobreiros e as azinheiras possuem qualidades que lhes permitem resistir ao fogo, sendo, portanto, as árvores mais adequadas ao clima mediterrânico e aos períodos de seca extrema e de calor intenso que caracterizam a região.

Na sua vertente florestal, o território português está dominado pelo eucalipto, que ocupa 812.000 hectares, ou 26%, seguido do sobreiro e do pinheiro com 23% cada. O perfil florestal português é maioritariamente privado, com apenas 3% da floresta em propriedade pública. Contudo, um dos maiores problemas, nomeadamente para os incêndios que assolam todos os anos o centro e o norte do país, é que se estima que mais de 20% do território não tem proprietário conhecido. O aumento dos incêndios deve-se ao abandono das áreas agrícolas, que se converteram em áreas de crescimento espontâneo e de regeneração natural. A gestão dos recursos naturais baseada na sustentabilidade permite que o ambiente rural, onde as florestas estão inseridas, ajude à fixação das populações, desde que se criem as condições para que estas se sustentem e possam contribuir para a criação de bens e riqueza para o país e para aliviar os

---

<sup>15</sup> Projeto de Lei 1210/XIII, <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=43734>.

desequilíbrios entre as áreas urbanas e rurais (Nunes *et al*, 2019). Uma vez que este processo está a mostrar-se impossível de concretizar, salvo raras exceções, os perigos para as populações que ainda resistem em meio rural aumentam exponencialmente em cada ano que passa e os períodos de seca vão aumentando, sendo o Estado um dos maiores incumpridores no que diz respeito a limpezas de matos e bermas de estradas.

Não apenas a negligência e os incêndios colocam em risco vidas humanas e bens materiais, como os seus vestígios permanecem durante anos por simples abandono. As paisagens de árvores queimadas, que nunca foram cortadas após os incêndios, tornaram-se um espetáculo assustador por todo o centro e norte de Portugal, mesmo junto a povoações que atraem turistas, como são os casos de Piódão ou Monsanto. Ou no próprio Pinhal de Leiria, que desde o século XIII foi fundamental para o ecossistema da região e contribuiu para a epopeia dos Descobrimentos Portugueses, e que ardeu em outubro de 2017, sem ainda ter sido replantado, mantendo-se as árvores queimadas e alterando o clima da região. Este panorama degradante e a continuação dos fogos durante o verão contrastam com o cartão postal anunciado e anulam a atratividade de regiões que muito teriam a beneficiar com as receitas dos visitantes e com a instalação de novos residentes.

Em resumo, segundo Gonçalo Ribeiro Telles, “a grande causa é um mau ordenamento do território, ou seja, a florestação extensiva com pinheiros e eucaliptos, de madeira para as celuloses e para a construção civil”. Tem de se criar “uma paisagem sustentada, polivalente (...) Houve toda uma política de desprestígio do mundo rural (...) faltam planos gerais de ordenamento de paisagem (...) É da polivalência, da

multiplicidade de produtos e da harmonia da paisagem que resulta a possibilidade de ter uma população instalada em condições de dignidade”<sup>16</sup>.

A proposta de Tiago Oliveira, o Presidente da Estrutura de Missão para os Sistema Integrado de Fogos Rurais<sup>17</sup>, criada pelo XXI Governo após os incêndios de junho e outubro de 2017, já tinha ficado explícita na sua dissertação de doutoramento: “Exigem-se assim políticas públicas consistentes, que reconheçam o declínio da agricultura tradicional e assumam a transição florestal e que, apoiadas pela ciência, transformem o sistema. Criando emprego no interior e produzindo riqueza” (Oliveira, 2017). Mais concretamente, este engenheiro florestal defende a aposta na silvopastorícia, no fogo controlado e em pôr as pessoas a cuidar da sua terra. “As alterações climáticas não podem ser a desculpa. Precisamos de gado a pastar, fogo controlado e fazer a gestão florestal acontecer. A área de sobreiro tem de migrar para Norte e pode ser um bom competidor de ocupação do solo e de rentabilidade para o proprietário que, à falta de alternativas, vai para a solução mais barata e mais fácil e que lhe dá mais rendimento no curto prazo [o eucalipto]. O sobreiro é uma boa alternativa, resiliente ao fogo e que convive bem com a pastorícia”<sup>18</sup>.

Para completar a destruição da paisagem portuguesa, somos atualmente confrontados com a exploração de minas, em especial o lítio em Montalegre, mesmo junto do Parque Natural da Peneda Gerês. Marina Brito, investigadora do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL), em Braga, afirma que Portugal tem condições para “cobrir todo o ciclo das baterias, desde da mineração (lítio) à

---

<sup>16</sup> Alexandra Correia, “Gonçalo Ribeiro Telles: Esta entrevista tem 14 anos mas podia ter sido dada hoje”, *Visão*, 20/06/2017, entrevista publicada na *Visão*, 14/08/2003, <http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/2017-06-20-Goncalo-Ribeiro-Telles-Esta-entrevista-tem-14-anos-mas-podia-ter-sido-dada-hoje>.

<sup>17</sup> Criada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 157-B/2017, de 21/10/2017.

<sup>18</sup> Carla Tomás, “Tiago Oliveira: ‘Ou mudamos a paisagem ou temos de mudar de vida’”, *Expresso*, 22/09/2018, [https://expresso.pt/sociedade/2018-09-22-Tiago-Oliveira-Ou-mudamos-a-paisagem-ou-temos-de-mudar-de-vida?fbclid=IwAR2gu\\_eYahAR-gu9HiWZyL\\_5DOFWglj8RJxowFG4A8LKIDXW8NQ3x0jmKp0](https://expresso.pt/sociedade/2018-09-22-Tiago-Oliveira-Ou-mudamos-a-paisagem-ou-temos-de-mudar-de-vida?fbclid=IwAR2gu_eYahAR-gu9HiWZyL_5DOFWglj8RJxowFG4A8LKIDXW8NQ3x0jmKp0).

reciclagem” dos equipamentos. O lítio pode vir a ser o “petróleo de Portugal”, constituindo uma oportunidade científico-tecnológica e económica na área da mobilidade elétrica<sup>19</sup>.

Contudo, “Infelizmente, os impactos ambientais e sociais decorrentes da extração destes minérios não só são tão ou mais nocivos e tóxicos quanto as extrações de combustíveis convencionais como também as matérias-primas associadas às energias renováveis são obtidas por uma indústria de exploração mineira que prejudica as comunidades locais e não cumpre critérios ambientais ou laborais adequados”<sup>20</sup>.

As populações locais e as autarquias, com o apoio de organizações ambientalistas, estão a mobilizar-se para tentar evitar uma “corrida ao lítio” em Portugal, que na maioria das vezes é acompanhada por outros minerais (Ouro, Prata, Zinco, Cobre, e outros)<sup>21</sup>. Também nos concelhos de Grândola, Alcácer do Sal e Ferreira do Alentejo há “Proprietários assustados com exploração mineira no litoral alentejano que abrange 10 mil hectares. Perfurações para pesquisa estão a deixar raízes à vista. Produtores temem que um dos montados de sobro mais bonitos do país acabe como a aldeia do Lousal, ao abandono e contaminada”<sup>22</sup>. Neste caso, mais uma vez, é uma empresa estrangeira e fazer a prospeção. Como se tem observado, o poder central não tem dado muita atenção

---

<sup>19</sup> “Lítio pode ser o petróleo de Portugal, diz investigadora”, *Público*, 30/05/2019, [https://www.publico.pt/2019/05/30/economia/noticia/investigadora-litio-petroleo-portugal-1874706?fbclid=IwAR3D1EF1t4gO\\_EHfIO3tSj17kNgMIKRLpppGHsoUZo8sDrrqxUgu6N-XnF4](https://www.publico.pt/2019/05/30/economia/noticia/investigadora-litio-petroleo-portugal-1874706?fbclid=IwAR3D1EF1t4gO_EHfIO3tSj17kNgMIKRLpppGHsoUZo8sDrrqxUgu6N-XnF4).

<sup>20</sup> Luís Ferreira Rodrigues, “O mundo não será salvo por energias renováveis”, *Jornal I*, 18/07/2019, <https://ionline.sapo.pt/artigo/665408/o-mundo-nao-sera-salvo-por-energias-renovaveis-?fbclid=IwAR0gX8PP8pjebxm-e5jo-KLwDWWEMMIBT8a-d0DiTvXIT3hd-sAPebNBA>.

<sup>21</sup> “Levantamento dos pedidos de prospeção e pesquisa de depósitos de lítio”, *Alerta Lítio. Quercus*, 11/07/2019, <https://alertalitio.quercus.pt/quercus-prova-existencia-de-uma-corrida-ao-litio-em-portugal-101-do-territorio-nacional-esta-sob-forte-ameaca-destes-projetos-de-mineracao/?fbclid=IwAR3BW-efwY42O5poHN0ZM3L4H0oWp7tlShdBeVdYtTvPwhIGiHc8dUOIVgA>. Ver também Rúben Tiago Pereira, “Portugal tem lítio para dar e vender, mas a que custo?”, *Expresso*, 10/10/2019, [https://expresso.pt/multimedia/259/2019-10-10-Portugal-tem-litio-para-dar-e-vender-mas-a-que-custo-?fbclid=IwAR1EgqCDVZL7sGvuIwz3tkFE\\_14Celg-U5x4Me5-OQOLfQMCw3GmLD8Wvk4](https://expresso.pt/multimedia/259/2019-10-10-Portugal-tem-litio-para-dar-e-vender-mas-a-que-custo-?fbclid=IwAR1EgqCDVZL7sGvuIwz3tkFE_14Celg-U5x4Me5-OQOLfQMCw3GmLD8Wvk4).

<sup>22</sup> Joana Marques Alves, “Milhares de sobreiros em risco? A mina que ainda não abriu e já está a assustar muita gente”, *Jornal I*, 15/07/2019, <https://ionline.sapo.pt/665139?source=social&fbclid=IwAR1BDbwkOTmdM6EeOxR2Zi9IUX5GQqVHmXhX2PvRWA8zr5kFB0SffriJYa8>.

aos fatores que em todos estes casos afetam as populações locais. Entre o aumento das exportações e da produtividade e o bem-estar dos residentes que ainda vivem nos meios rurais, a economia parece sair vitoriosa. É aqui que tem de entrar a ação das autarquias, que têm a obrigação moral e política de defender as suas populações e os seus territórios e de cumprir o que está nos programas políticos dos seus representantes eleitos e nos seus planos diretores municipais.

### **3. Propostas de discussão**

Se a política agrária do Estado Novo, em especial as Campanhas do Trigo e o Plano de Povoamento Florestal, assim como as Fomento da Fruticultura, foram planeadas pelos melhores agrónomos como um plano nacional para melhorar a produtividade, alimentar a população e defender o meio rural, e ainda assim os seus resultados podem ser questionados, no que diz respeito à erosão dos solos, à erosão genética e aos incêndios das zonas florestais, ao mesmo tempo que beneficiaram outros setores da Economia, estas novas campanhas de monocultura superintensiva com incidência sobre o olival e os frutos vermelhos, assim como as áreas florestais que ardem todos os anos, não têm qualquer orientação do Estado, nem interesse para o país ou para as populações locais. São realizadas por iniciativa privada, com enormes investimentos de fundos internacionais, apenas com o interesse particular em aumentar a produção e as exportações, mas sem qualquer consideração pela qualidade de vida das populações locais, nem pelos direitos dos trabalhadores que nelas participam de forma sazonal, precária e vítimas de tráfico internacional sem respeito pelas leis, nem pela dignidade humana. Podem assim ser muito mais prejudiciais que as anteriores do século XX, tanto nos anos trinta como nos anos setenta, especialmente a nível da erosão dos

solos, da poluição, para não falar do agravamento das condições sociais e do despovoamento dos territórios.

E se, no século XIX se verificaram “acções colectivas que, em diferentes contextos e períodos, visaram conscientemente uma distribuição mais justa dos benefícios e dos danos provocados por acções ambientalmente disruptivas” (Guimarães, 2018), neste século XXI as mobilizações populares têm sido inexistentes ou pelo menos pouco eficazes. A causa encontra-se certamente na falta de população nas áreas afetadas, especialmente em idade útil e com o capital cultural e social necessário para as empreender.

A emigração para os centros urbanos e para o estrangeiro deixou os campos abandonados, especialmente no norte do país. Os incêndios podem ser ateados por mão criminosa ou negligência, mas alimentam-se de mato e floresta com espécies não autóctones. O que se encontra atualmente no mundo rural português é uma paisagem monótona onde impera a monocultura industrial, altamente mecanizada, com uso de químicos e baixo uso de mão de obra permanente, logo, sem interesse para as economias locais, nem para o desenvolvimento social. A estrutura social foi transformada com o despovoamento, com a precarização das estruturas regionais e com a perda de importância da atividade agrícola para as populações residentes, o que diminuiu a sua importância social e política e desvaloriza o património local.

O poder local pede maior autonomia e descentralização, o que implica uma maior responsabilização sobre o que se produz e sobre as ações das empresas e dos cidadãos intervenientes nos seus municípios. Ao permitirem a alteração da paisagem, as autarquias estão a perder o seu maior trunfo: o património que venderam aos seus eleitores e aos consumidores, turistas e novos residentes que tentam desesperadamente atrair. Mesmo num regime de propriedade privada na qual os proprietários são livres de



agir conforme lhes é mais conveniente do ponto de vista económico, e tendo em conta que os subsídios europeus são dados pela produtividade, o interesse das populações, em particular a saúde, a segurança e as escolhas das melhores opções para a qualidade de vida e para as oportunidades de emprego com contratos e direitos sociais, devem ser vigiados e supervisionados pelos municípios.

A proximidade das juntas de freguesia e das câmaras permitem a deteção de irregularidades e a respetiva denúncia é uma obrigação cívica e moral dos representantes eleitos. Igualmente as decisões e políticas públicas têm de ser apoiadas na ciência e nos especialistas, tanto nas áreas da agronomia e da engenharia florestal, como nas ciências sociais que também devem ser chamadas para dar o seu contributo para as soluções de combate ao despovoamento, à atração de população qualificada aos territórios desprotegidos e à gestão dos mesmos, assim como à criação de melhores condições de vida aos residentes que ainda continuam a viver no meio rural.

O único meio de transformar esta realidade é a conversão da agricultura num novo modelo mais sustentável que proporcione trabalho permanente para as populações locais, contribuindo assim para a fixação de trabalhadores e das suas famílias. E para o povoamento a longo prazo desses territórios. Alguns empresários agrícolas ainda tentam manter as suas explorações de forma tradicional. Outros converteram as suas herdades em locais de diversificação de culturas, combinando a agro-silvo-pastorícia. A conjugação de árvores, animais e colheitas pode aumentar a produção de comida, além de enriquecer o solo, aumentar a biodiversidade e absorver o dióxido de carbono da atmosfera. Segundo Maria Helena Semedo, vice-diretora da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, sabe-se que os sistemas agroflorestais podem

ajudar a diversificar e sustentar a produção de alimentos e fornecer benefícios sociais, económicos e ambientais fundamentais para a terra<sup>23</sup>.

Este seria um caminho para ultrapassar a nossa dependência da venda de recursos naturais aos estrangeiros. Contudo, muito poucos proprietários reúnem condições ou vontade para realizar esta conversão. Continuamos assim com a enorme contradição entre uma propaganda irrealista de um mundo rural que os urbanos gostariam de consumir, com o respetivo património, gastronomia e ambiente despoluído, e uma paisagem adulterada que cada vez mais vai deixar de corresponder a essas expectativas. Além de já ter um ambiente contaminado com as culturas realizadas, uma ineficiente gestão da água, insegurança, comunicações deficientes e uma qualidade de vida inaceitável para as populações. Essa contradição verifica-se também ao nível dos programas do poder local e do governo central, cuja concretização das políticas públicas nunca chega a ser posta em prática, especialmente nos quatro anos de legislatura, que nunca são suficientes. A própria justiça reconhece a ineficácia das políticas públicas do Estado Português: o Tribunal de Contas declarou que “Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação” acentuou os riscos, “não tem uma verdadeira natureza de programa ou de plano de ação” e falta-lhe “operacionalização”<sup>24</sup>.

O despovoamento rural é irreversível. E agora talvez também a desertificação dos solos já o seja. Mas as populações que ainda vivem no interior também merecem o acesso aos serviços e à qualidade de vida dos outros cidadãos, direitos que lhes estão atribuídos na Constituição da República Portuguesa. A realidade dos incêndios e a discussão sobre as monoculturas intensivas acenderam algum interesse do discurso

---

<sup>23</sup> John Vidal, “Putting pigs in the shade: the radical farming system banking on trees”, *The Guardian*, 13/07/2019, [https://www.theguardian.com/environment/2019/jul/13/pigs-radical-farming-system-trees-climate-crisis?fbclid=IwAR3DXZAVsxYyCzYafe7-6j0lrgrlCQ7MzUykid-Go8Ok\\_O73\\_n0HFaggTg](https://www.theguardian.com/environment/2019/jul/13/pigs-radical-farming-system-trees-climate-crisis?fbclid=IwAR3DXZAVsxYyCzYafe7-6j0lrgrlCQ7MzUykid-Go8Ok_O73_n0HFaggTg).

<sup>24</sup> Carla Tomás, “Programa de Combate à Desertificação ‘não tem eficácia’, acusa Tribunal de Contas”, *Expresso*, 03/09/2019, <https://expresso.pt/sociedade/2019-09-03-Programa-de-Combate-a-Desertificacao-nao-tem-eficacia-acusa-Tribunal-de-Contas>.

político sobre o mundo rural, mas a nível das inspeções e da correção das situações descritas ainda existe um grande trabalho legislativo e no terreno por realizar. Sobretudo é necessária uma mudança cultural e das mentalidades, que torne atraente a possibilidade de investimentos em meio rural, mas em empresas que criem empregos permanentes e qualificados, e sobretudo num modelo de agricultura e floresta mais adequado ao clima mediterrânico e a recursos hídricos cada vez mais escassos.

### **Bibliografia:**

Almeida, M. A. (2006). *A Revolução no Alentejo. Memória e Trauma da Reforma Agrária em Avis*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Almeida, M. A. (2007). Memory and trauma of the Portuguese Agrarian Reform: a case study. *Portuguese Journal of Social Science*, 6 (2): 63-76.

Almeida, M. A. (2010). *Memórias Alentejanas do Século XX*. Cascais: Príncipeia.

Almeida, M. A. (2013). Landlords, Tenants and Agrarian Reform: Local Elites and Regime Transitions in Avis, Portugal, 1778-2011. *Rural History*, 24 (2): 127-142.

Almeida, M. A. (2017a). Territorial inequalities: depopulation and local development policies in the Portuguese rural world. *AGER – Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*, 22: 61-87.

Almeida, M. A. (2018). Fighting depopulation in Portugal: local and central government policies in times of crisis. *Portuguese Journal of Social Science*, 17 (3): 289-309.

Baptista, F. O. (2006). O rural depois da agricultura. M. L. Fonseca (ed.). *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade, 85-105

Borrvalho, C., C. Pires, M. Basílio (2016). *Casos empresariais de sucesso no Baixo Alentejo e no Alentejo Litoral*. Lisboa: Chiado Editora.

Cabral, M. V. *et al* (1976). Elementos para a história do fascismo nos campos: A ‘Campanha do Trigo’: 1928-38 (I). *Análise Social*, XII (46): 400-474.

- Cabral, M. V. *et al* (1978). Elementos para a história do fascismo nos campos: A ‘Campanha do Trigo’: 1928-38 (II). *Análise Social*, XIV (54): 321-389.
- Clapp, J., D. Fuchs (2009). Agrifood Corporations, Global Governance, and Sustainability: A Framework for Analysis. J. Clapp, D. Fuchs (eds.). *Corporate Power in Global Agrifood Governance*. Cambridge, Massachusetts and London, England: MIT Press, 4-25.
- Corrado, A., C. Castro, D. Perrotta (eds.) (2016). *Migration and Agriculture. Mobility and change in the Mediterranean area*. London, New York: Routledge.
- EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A. (2017). *Anuário Agrícola de Alqueva*. Beja: Direção de Economia da Água e Promoção do Regadio, Departamento de Planeamento e Economia da Água. [http://regante.edia.pt/SiteAssets/Lists/LibraryList/AllItems/Anuario\\_Agricola\\_Alqueva\\_2017.pdf](http://regante.edia.pt/SiteAssets/Lists/LibraryList/AllItems/Anuario_Agricola_Alqueva_2017.pdf).
- Eusébio, C. *et al* (2017). Who is consuming the countryside? An activity-based segmentation analysis of the domestic rural tourism market in Portugal. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 31: 197-210.
- Gertel, J., S. R. Sippel (eds.) (2014). *Seasonal Workers in Mediterranean Agriculture. The Social Costs of Eating Fresh*. London: Routledge.
- Gomes, C. (2017). *A justice approach to the African ‘land rush’: Investigating the social dynamics around agricultural investments in Mozambique*. Tese de doutoramento, University of East Anglia.
- Guerra, M. D., R. Ribeiro, S. Rodrigues (2019). *Relatório do Estado do Ambiente 2019*. Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente.
- Guimarães, P. (2018). ‘Através da natureza campestre e mansa’: agrarismo e lutas pela justiça ambiental em Portugal (séculos XIX e XX). A. C. Roque *et al.* (coords.). *Alterações Ambientais em Perspetiva Histórica*. Porto: CITCEM, 11-31.
- Heckman, J. (2006). A history of organic farming: Transitions from Sir Albert Howard’s “War in the Soil” to USDA National Organic Program. *Renewable Agriculture and Food Systems*, 21 (3): 143-150.

- Hoggart, K., C. Mendoza (1999). African Immigrant Workers in Spanish Agriculture. *Sociologia Ruralis*, 39 (4): 538-562.
- Hoskins W. G. (1985, 1<sup>st</sup> ed. 1955). *The making of the english landscape*. New York and London: Penguin Books.
- Khan, L. M. (2016). Amazon's Antitrust Paradox. *The Yale Law Journal*, 126 (3): 710-805.
- Lipman, J. G. (1929). The Economic Significance of Commercial Fertilizers. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 142: 257-265.
- Lobo, A. C. (1984, 1<sup>a</sup> ed. de 1903). *História da sociedade em Portugal no século XV*. Lisboa: Ed. Rolim.
- Marques, A. O. (1968). *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Nunes, L. R., C. R. Meireles, C. P. Gomes, N. A. Ribeiro (2019). Socioeconomic Aspects of the Forests in Portugal: Recent Evolution and Perspectives of Sustainability of the Resource. *Forests*, 10 (5): 361.
- Oliveira, T. (2017), *A Transição Florestal e a Governança do Risco de Incêndio em Portugal nos últimos 100 anos*, Doutoramento em Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- Pereda, I. G. (2008). *Joaquim Vieira Natividade. 1899-1968, Ciência e Política do Sobreiro e da Cortiça*. Lisboa: Euronatura.
- Pereda, I. G. (2018). *Mais e Melhor Fruta: Uma fotobiografia de Joaquim Vieira Natividade. 1899-1968, Ciência e Política do Sobreiro e da Cortiça*. Lisboa: Euronatura.
- Pereira, L. I. (2016). Tudo para o capital transnacional: a apropriação de terras por estrangeiros no Paraguai. *Geografia em Questão*, 9 (2): 107-125.
- Pires, L. A. (2018). As mudanças económicas do pós-guerra e a questão alimentar em Portugal: padrões de consumo, tendências sociais e assimetrias regionais. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 18: 251-272.
- Poinsard, L. (1910). *Le Portugal Inconnu. Paysans, Marins et Mineurs*. Paris: Bureaux de la Science Sociale.

